

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PÓS-GRADUAÇÃO: A PRODUÇÃO DE DADOS A PARTIR DE UM CENSO COMUNITÁRIO

Marília Goulart Silva, Lidiane M. Maciel, Milena Rizzo

¹Universidade do Vale do Paraíba/Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Avenida Shishima Hifumi, 2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil, mariliagoulartsilva@gmail.com, lidiane@univap.br, millenarizzo@gmail.com.

O bairro Sapê I (Chácara Sol Nascente), em São José dos Campos/SP, é marcado pela irregularidade fundiária, evidenciando a precariedade no acesso à terra legalizada e a presença de vulnerabilidades sociais, ambientais e infraestruturais que impactam a qualidade de vida dos moradores. Nesse contexto, o estudo analisa a atualização de dados socioeconômicos da comunidade por meio de um Censo comunitário, utilizado como instrumento técnico e político de apoio ao processo de regularização fundiária. A metodologia baseou-se na aplicação de um questionário socioeconômico inspirado no modelo do Censo do IBGE, adaptado às especificidades locais. A coleta de dados ocorreu pelo método “casa a casa”, com entrevistas realizadas por pesquisadoras, o que garantiu maior precisão das informações e contato direto com os moradores. Inspirada na experiência do Complexo da Maré (RJ), a pesquisa buscou identificar condições de vida, necessidades e potencialidades, contribuindo para a formulação de políticas públicas.

A realização do levantamento decorre da necessidade de atualização dos dados produzidos sobre a comunidade, tendo em vista sua utilização como subsídio técnico no processo de regularização fundiária que tramita na Defensoria Pública do Estado de São Paulo, sob o nº 1013889-53.2022.8.26.0577. Os dados iniciais foram coletados no ano de 2020 pelo coletivo ICNO ATHIS. Posteriormente, em 2022, o Censo Demográfico do IBGE produziu novos dados sobre a população urbana, incluindo informações referentes à comunidade. No entanto, em 2025, tais dados mostraram-se insuficientes para atender às demandas específicas do processo judicial, sobretudo pela necessidade de informações mais detalhadas e atualizadas sobre as condições locais. Nesse sentido, a elaboração de um novo questionário foi realizada de forma participativa, em conjunto com a liderança da Associação Chácara Sol Nascente, composta por moradores do Sapê I. Essa construção coletiva permitiu a incorporação de questões consideradas prioritárias pela própria comunidade, abrangendo aspectos como perfil sociodemográfico, condições de moradia, acesso a

serviços urbanos e, de forma destacada, as dificuldades relacionadas ao acesso à água potável e ao saneamento básico.

A aplicação do censo comunitário foi conduzida pelas pesquisadoras vinculadas ao Núcleo de Extensão Pesquisa-Ação Cartografias Sociais (NEPACS), no âmbito de um projeto de extensão universitária, com o apoio direto das lideranças comunitárias. Para a organização do trabalho, foram realizados dois encontros preparatórios com representantes da Associação de Moradores Chácara Sol Nascente, contando também com a participação de representantes da FACESP e da equipe do NEPACS/Univap.

No primeiro encontro, realizado em 08 de março de 2025, foram discutidas as principais demandas informacionais da comunidade, destacando-se a necessidade de estudos geológicos e urbanísticos, levantamento sociodemográfico e cartográfico, além de questões ambientais relacionadas à localização do bairro em área de várzea, nas proximidades do Rio Cambuí. Também foram apontadas preocupações com alagamentos, práticas de subsistência baseadas em pequenas plantações e, sobretudo, com a precariedade no fornecimento de água, esgotamento sanitário e energia elétrica regularizada. O segundo encontro teve como objetivo apresentar e validar o questionário elaborado a partir das demandas levantadas. O instrumento foi disponibilizado também em grupo de aplicativo de mensagens utilizado pela comunidade, possibilitando a participação ampliada dos moradores na sua avaliação. Após ajustes pontuais, o questionário foi aprovado, com início da aplicação previsto para 10 de abril de 2025.

A etapa de mobilização comunitária incluiu estratégias de divulgação voltadas a garantir ampla participação dos moradores. Entre as ações realizadas, destacam-se a circulação de informações por meio de grupos de mensagens e a fixação de cartazes em pontos estratégicos do bairro, como o ponto de ônibus, a igreja localizada na entrada da comunidade e postes em áreas de grande circulação. Tais estratégias buscaram ampliar a visibilidade da pesquisa e incentivar o engajamento da população.

A aplicação do censo ocorreu entre os dias 10 de abril e 01 de maio de 2025 e enfrentou desafios significativos. Entre eles, destaca-se a dificuldade de encontrar os moradores em suas residências durante os dias úteis, em razão de suas jornadas de trabalho, o que demandou a realização de entrevistas em fins de semana e feriados. Outro obstáculo foi o acesso às residências, uma vez que muitos moradores não atendiam às chamadas das pesquisadoras. Nesse contexto, a atuação de lideranças locais foi fundamental para viabilizar o contato com os residentes e fornecer informações relevantes sobre o território.

Adicionalmente, a ausência de numeração nas casas dificultou a identificação dos domicílios e dos moradores, exigindo o recurso ao conhecimento local para a complementação de dados em casos específicos. Essa dinâmica evidenciou, por um lado, os limites das metodologias tradicionais de coleta de dados em territórios informais e, por outro, a importância da participação comunitária como elemento central para a produção de informações confiáveis.

Os resultados do levantamento revelam uma realidade marcada por múltiplas formas de exclusão, evidenciando a precariedade das condições de moradia e o acesso insuficiente a serviços básicos. Esse diagnóstico assume, portanto, um papel estratégico ao servir como prova técnica no âmbito da Ação Civil Pública em tramitação, reforçando a importância da produção de dados territorializados para a efetivação de direitos.

Nesse sentido, destaca-se o papel da extensão universitária na pós-graduação como instrumento de articulação entre conhecimento acadêmico e demandas sociais concretas. Ao envolver discentes de mestrado e doutorado em atividades de campo, a universidade comunitária atua como mediadora entre os saberes produzidos nos territórios periféricos e as instâncias de decisão do Estado. Tal atuação se insere no campo da Assessoria Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), em consonância com os princípios estabelecidos pela Lei Federal nº 11.888/2008.

Por fim, a experiência do censo comunitário no Sapê I reafirma a importância de metodologias participativas na produção de conhecimento sobre territórios vulnerabilizados. Mais do que espaços marcados pela precariedade, essas comunidades são também lugares de produção de vida, memória e tecnologias sociais de sobrevivência. Reconhecer essas dimensões é fundamental para a construção de políticas públicas integradas, voltadas à regularização fundiária, à inclusão social e à garantia do direito à cidade.

Referência

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022: população residente, por sexo, idade e forma de declaração da idade (recurso eletrônico). Rio de Janeiro.

REDES DA MARÉ. Censo Populacional da Maré (recurso eletrônico). Rio de Janeiro, 2019.